

# CENTRO DE INOVAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PESQUISA DO JUDICIÁRIO

NEWSLETTER | NOV 2023

## **Benefícios e Desafios do Modelo de Concessão dos Serviços de Saneamento Básico**



O Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário (CIAPJ) da FGV Conhecimento realizou, no dia 30 de outubro de 2023, na Escola de Magistratura da AJURIS, em Porto Alegre (RS), a mesa-redonda “Benefícios e Desafios do Modelo de Concessão dos Serviços de Saneamento Básico”. Passados pouco mais de três anos da aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei 14.026/2020), que estabeleceu prazos para a universalização do acesso aos serviços de saneamento no Brasil e instituiu a abertura do mercado à competição, o encontro teve como objetivo avaliar os benefícios já observados pelo modelo de concessão, bem como discutir os desafios que ainda permanecem no setor.

O debate contou com a participação de representantes dos distintos setores da sociedade civil e foi mediado pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luis Felipe Salomão, que também é corregedor nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), professor da FGV e coordenador do CIAPJ da FGV Conhecimento.

Luis Felipe Salomão abriu o evento ao lado do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, do também ministro do STJ, Joel Paciornik e do secretário nacional de saneamento ambiental do Ministério das Cidades, Leonardo Picciani.

Levando em consideração as lacunas no acesso ao saneamento no Brasil, assim como as metas de universalização previstas no Marco Legal, a necessidade de maior participação do setor privado nos serviços de saneamento básico foi vista como praticamente consensual entre os participantes. As discussões giraram em torno da segurança jurídica necessária para a concretização dos investimentos requeridos à universalização e da importância de mecanismos regulatórios sólidos, que assegurem o cumprimento das entregas previstas nos contratos de concessão.

### **Segurança jurídica**

Eduardo Leite afirmou que o ordenamento jurídico relacionado à provisão dos serviços de saneamento, por vezes, coloca restrições à sua expansão. O governador do Rio Grande do Sul pontuou que tanto o Marco Legal quanto as legislações anteriores sobre o assunto, ao proporem que a gestão dos serviços de saneamento seja responsabilidade dos municípios, acabam gerando dificuldades, uma vez que demandam contratos específicos com cada um deles.



O ministro Luis Felipe Salomão considerou que a questão da falta de segurança jurídica é transversal a inúmeras esferas da gestão pública, mas fez questão de ressaltar que a independência do Poder Judiciário brasileiro é avançada e que oferece amplas garantias.

Na visão do ministro Joel Paciornik, o Marco Legal representa uma evolução em relação à legislação anterior, ao buscar mais eficiência na provisão dos serviços correspondentes, por meio da maior participação do setor privado. Paciornik elogiou o fato de a norma propor um reposicionamento do papel do Estado, diminuindo sua participação direta na prestação dos serviços, porém mantendo outras relevantes funções.

De acordo com Leonardo Picciani, os modelos de concessão e Parcerias Público-Privada (PPP) em saneamento se constituem como importantes ferramentas complementares ao investimento público. Com o fim de aumentar a transparência do sistema, o secretário nacional de saneamento destacou também os esforços efetivos que vêm sendo feitos pelo Ministério das Cidades para aperfeiçoar o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

A diretora da Escola de Magistratura da AJURIS, a juíza Patrícia Laydner, defendeu que não sejam permitidas extensões nos prazos de cumprimento das metas de universalização, como ocorre frequentemente em outros campos da infraestrutura. Além disso, ressaltou a importância do papel das agências reguladoras.

### **Governança e resolução consensual de conflitos**

À frente da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflito do Tribunal de Contas da União (TCU), Nicola Khoury alertou para o fato de que questões contratuais relativamente simples podem se constituir como importantes entraves à concretização das metas de universalização definidas pelo Marco Legal. Para minimizar problemas do tipo, Khoury afirmou ser crucial a busca por soluções consensuais, dialógicas, entre as partes envolvidas, evitando-se judicializações desnecessárias.

O presidente da OAB do Rio Grande do Sul (OAB/RS), Leonardo Lamachia, elogiou o modelo de concessão atual, contudo, afirmou que o grande desafio para que seja eficaz e eficiente está na determinação de mecanismos adequados de regulação, particularmente no que diz respeito à governança das agências reguladoras.

O promotor de justiça do MPRS, Cláudio Ari de Mello, introduziu no debate a questão de a Constituição de 88 já trazer a necessidade do ordenamento urbano e da função social da cidade, favorecendo a municipalização - em sua visão, algo positivo -, que, na prática, foi pouco observado. O promotor ressaltou também que a Lei 11.445/2007 já previa metas de saneamento, porém, por ter sido pouco efetiva, gerou a necessidade do Novo Marco Legal de Saneamento. Por fim, apesar do potencial deste último, o promotor enfatizou que a provisão de saneamento deve ser vista como uma política de Estado, e não de governo, e que a discussão do Estado, deve unir esforços de diferentes esferas da sociedade.

Representando a Aegea - líder no setor privado de saneamento básico no Brasil -, estavam presentes Rogério de Paula Tavares e Fabiano Dallazen, vice-presidente de Relações Institucionais e diretor de Relações Institucionais da companhia, respectivamente, além de Anselmo Leal, diretor institucional da Águas do Rio, concessionária da

Aegea responsável pela prestação dos serviços correspondentes aos blocos 1 e 4 para o Estado do Rio de Janeiro.

Fabiano Dallazen afirmou que a busca por práticas adequadas de governança deve ser encarada como um dos objetivos centrais das agências reguladoras. Além disso, destacou que o contrato de venda e transferência da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) para o Grupo Aegea representa um modelo pioneiro de privatização no segmento, o qual, provavelmente, se constituirá como um exemplo para outras cidades do país.

A mesa-redonda contou ainda com as importantes participações de Alexandre Postal, presidente do TCE-RS, Mauro Martins, desembargador do TJRJ e conselheiro do CNJ, Cláudio Martinewski, desembargador do TJRS e presidente da AJURIS, Elton Leme, desembargador do TJRJ e coordenador adjunto do CIAPJ da FGV Conhecimento, Ernani Polo, secretário de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, Eduardo Cunha da Costa, procurador-geral do estado do Rio Grande do Sul, Alexandre Saltz, procurador-geral do MPRS, Débora Regina Menegat, promotora do MPRS, Marcus Vinicius e Rafael Cid, procuradores do estado do Rio de Janeiro, Aguinaldo Ballon, diretor-presidente da Cedae, Daniela Martins Vieira, da Cedae, Luana Pretto, presidente-executiva do Instituto Trata Brasil, Fernando Marcato, professor da FGV Direito São Paulo, Rafael Menezes, conselheiro-presidente da Agenera, Carlos Schoder e Leonardo de Campos Melo, sócios-fundadores da Hands On, e Ilana Ferreira, superintendente técnica da ABCON SINDCON.

**Acesse o site e confira nossas publicações**

[CLIQUE E ACESSE O SITE](#)